

Hora de escolher Gustavo H. B. Franco

Os anúncios do Orçamento para 1999 e do PPA (Plano Pluri Anual) na semana passada, bem como os debates que provocaram, deixaram à mostra uma ambigüidade que precisa ser resolvida: de um lado assistimos um esforço notável para mostrar que esse orçamento não é como os outros, e que deve ser visto como uma expressão de austeridade e contenção, tendo em vista sua estrita consistência com as metas do FMI. De outro, o anúncio e a inédita politização do PPA se tornou uma ruidosa celebração da despesa, que certamente alegrou aqueles contaminados pela moléstia que o meu colega professor Marcelo de Paiva Abreu designou como "banzo nacional-desenvolvimentista".

Uma no cravo, outra na ferradura.

Qual é a verdadeira personalidade deste governo, indaga o mercado, essa entidade que, como aqui procurei argumentar, é apenas um segmento mais atento e especializado da opinião pública. Como é possível manter consistência quando o governo abriga pessoas com idéias tão heterogêneas ?

A meu juízo o Presidente procura, clara e construtivamente, uma síntese entre pontos de vista e políticas sobre desenvolvimento econômico muito difíceis de conciliar. Mas seu esforço acaba prejudicado, como já vimos diversas vezes, pelo imperativo de administrar gente: desenvolvimentistas que não sabem funcionar senão do jeito antigo (e que parecem moderninhos quando alegam que "temos um problema de gerência"), e gente que acredita em consistência macroeconômica e não simpatiza com essa idéia de "estado gerente", um travestimento do velho "estado empresário". É bem mais difícil do que se pensa dar contornos operacionais a um "desenvolvimentismo com responsabilidade fiscal" ou a uma "austeridade com desenvolvimento".

O grande problema na construção dessa síntese, é que se trata de fazer escolhas, e não propriamente de se construir consensos, especialmente se tomarmos em conta o modo como os consensos são feitos em Brasília. Esta síntese não poderá ser obtida através da agregação de apoios conseguidos com base na despesa pública, como parecem sugerir os anúncios da semana que passou. E a razão é muito simples: é impossível atender a todos. Dificilmente encontraremos um estado, ou um município desta federação, que se sinta inteiramente atendido pelos projetos eleitos no PPA e no orçamento, e que não tenha pleitos de grande ressonância nas suas respectivas comunidades. A conciliação através da soma será impossível exceto, é claro, se recorrermos à inflação que nos permitirá buscar, como no passado, nos pobres e excluídos (dos consensos brasilienses) os recursos que a Sociedade não quer dar ao governo na forma de impostos. Os consensos em Brasília costumam, portanto, levar à inflação.

Para escapar da armadilha de tentar agradar a todos, é preciso, portanto, fazer escolhas, e nesse terreno devemos observar a voz das urnas. A população brasileira votou na continuidade do Plano Real, e não em um Real 2, ou num Real "diferente", sem "âncoras", tal como concebido por marqueteiros e pelos conselheiros populistas que todo presidente sempre tem. A população não votou no presidente da Fiesp, nos condestáveis do IEDI, nem no Ministro da Saúde, cujos conselhos em matéria econômica estão equivocados há mais de duas décadas e felizmente não foram seguidos durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique. Na verdade, as idéias desenvolvimentistas desses senhores estão muito próximas daquelas defendidas pela oposição a qual, é preciso sempre lembrar, levou uma bela sova nas urnas.

Não faz sentido absolutamente nenhum que o governo adote como suas, as idéias derrotadas da oposição. Na medida que o fez, terminou desagradando (previsivelmente) uma população que tinha se manifestado em sentido contrário. Se a população brasileira quisesse ver o Real desviado de seus ideais originais não teria votado como votou em outubro passado, nem estaria enfezada como ora se encontra por conta do que se passou no primeiro semestre desse ano.